

PLANO DE ATIVIDADES 2023

PLANO DE ATIVIDADES 2023

Introdução

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um órgão consultivo que funciona junto dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, competindo-lhe, em especial, emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas à concretização das políticas nacionais dirigidas ao sistema educativo, científico e tecnológico, por iniciativa própria ou a solicitação de órgãos de soberania. Além disso, publica relatórios, estudos e outros trabalhos realizados no âmbito das suas atribuições. Neste enquadramento, desenvolve uma ampla atividade de reflexão e debate sobre variados aspetos do sistema educativo, para a qual conta com a colaboração de especialistas e investigadores de diferentes áreas do conhecimento, designadamente das Ciências Sociais e Humanas e em particular da Educação. Mais especificamente, o CNE tem um papel relevante no acompanhamento, na avaliação e na regulação das políticas públicas de educação e, nesse sentido, cabe-lhe recolher, analisar e divulgar informação acerca da concretização daquelas políticas numa diversidade de contextos.

Uma parte significativa do trabalho do Conselho resulta das atividades desenvolvidas no âmbito das comissões previstas no Regulamento nº 1042/2022, de 27 de outubro, que aqui se apresentam.

A constituição destas comissões teve em conta seis domínios fundamentais, que importa analisar, estudar e acompanhar, tendo em vista o desenvolvimento, a modernização, a democratização e a melhoria da qualidade da educação no nosso país e, naturalmente, o acompanhamento das políticas públicas de educação. A atividade destas comissões visa promover um debate aprofundado sobre: o currículo, enquanto organização de conhecimento, atitudes e valores; as políticas orientadas para a inovação pedagógica; o reforço da relação entre a escola e a sociedade; a profissão docente e o papel dos professores; a democratização e os desafios colocados pelas desigualdades educativas; e o desenvolvimento do ensino superior, da ciência e tecnologia em Portugal.

1. Principais iniciativas

Para além de responder às solicitações do Governo e da Assembleia da República, o CNE desenvolverá os seguintes projetos:

EDA50 - Escolas à Descoberta de Abril

O CNE continuará a desenvolver o projeto EDA 50 – *Projeto Escolas à Descoberta de Abril – 50 Anos 25 Abril*, que assumiu no final de 2022. Trata-se de uma iniciativa que se enquadra nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e que envolve professores e alunos de 50 escolas de todo o país.

O projeto consiste na recolha de testemunhos, por parte dos alunos com o apoio dos seus professores, junto da geração que viveu *antes, durante e após* o 25 de Abril de 1974. A ideia é conceber e desenvolver um produto de qualidade que resulte dos testemunhos recolhidos acerca de uma dada área temática e que pode ser realizado em diferentes suportes (por exemplo, vídeo, *podcast*, *e-book*, obra de arte), sempre acompanhados de uma narrativa.

Todos os produtos serão alojados num servidor disponível no CNE e o respetivo *site* será de acesso aberto à comunidade educativa e à sociedade em geral. O CNE disporá, assim, de um acervo sobre o 25 de Abril, bem inestimável na nossa vida social, política e cultural.

DICA - Divulgar, Inovar, Colaborar, Aprender

O projeto DICA tem como principal propósito contribuir para que o trabalho das escolas/agrupamentos e de todos os seus profissionais seja mais conhecido, já que se reconhece o interesse em revelar um conjunto de fenómenos que são importantes na vida das escolas, mas que habitualmente não são divulgados por não serem quantificáveis ou devidamente valorizados. Parte-se do princípio de que há projetos pedagógicos de elevada qualidade, que se desenvolvem em muitas unidades orgânicas do país e que contribuem para que os seus alunos aprendam com mais empenho e obtenham melhores resultados. Ao desenvolver este projeto, o CNE pretende igualmente contribuir para que a profissão docente seja mais conhecida e, consequentemente, mais valorizada.

O projeto DICA foi pensado para *Divulgar* como se ensina e aprende nas escolas portuguesas, como se concretizam iniciativas e/ou projetos e se criam condições para *Inovar* ao nível da organização e do processo pedagógico. Assume também particular importância a ideia de *Colaborar* que se refere à constituição mais ou menos formal de redes de escolas, de grupos de professores ou de alunos que se associam para resolverem problemas comuns e/ou desenvolverem projetos para que as instituições, os seus profissionais e os seus alunos possam *Aprender* melhor. Foi igualmente pensado tendo em conta os três principais pilares do currículo português, ou seja, o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO), a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC) e as *Aprendizagens Essenciais* (AE).

Para a sua concretização, o CNE fará investigação, *in loco*, a nível nacional, da qual resultarão duas biografias de professores, duas biografias de diretores e dois estudos de caso intrínsecos de escolas/agrupamentos. Além disso, estabeleceu parcerias com um conjunto de programas, entidades e associações com reconhecida experiência e mérito no desenvolvimento e acompanhamento de projetos inovadores em diversas disciplinas ou áreas disciplinares (leitura e escrita, artes, matemática, biologia, educação física), que produzirão textos que descrevam e analisem práticas realizadas no seu âmbito. Com o conjunto de produções chegar-se-á a uma publicação no final do ano civil.

Estado da Educação

O Estado da Educação é um relatório anual do Conselho Nacional de Educação que apresenta uma visão integrada e global dum conjunto de indicadores definidos no quadro das políticas europeias e nacionais relativas à educação e à formação de crianças, jovens e adultos em Portugal. Assume-se como uma ferramenta de trabalho do CNE na medida em que lhe permite obter um melhor conhecimento do sistema educativo, promover um debate alargado em torno dos seus principais desafios e tomar decisões mais informadas.

Desde a sua primeira edição, em 2010, procura igualmente constituir-se como um instrumento de trabalho para os dirigentes políticos, para os atores educativos e para os investigadores que centram a sua atividade nas dinâmicas do sistema educativo e nas políticas públicas de educação, em Portugal.

2. Atividades previstas no âmbito das Comissões Especializadas Permanentes

1ª Comissão – Currículo

O trabalho a desenvolver no âmbito desta comissão pretende contribuir para a análise e reflexão em torno do Currículo e suas diferentes componentes, com particular destaque para o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO), a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC) e as *Aprendizagens Essenciais* (AE).

É igualmente no âmbito desta comissão que se acompanham, analisam criticamente e propõem políticas públicas orientadas para a efetiva consecução do currículo nacional, com espaço para as diversas afirmações identitárias regionais e locais.

O trabalho a desenvolver por esta comissão pretende aprofundar o conhecimento de alguns documentos básicos do currículo e da respetiva operacionalização, prevendo-se, para esse efeito, a realização de:

- Um primeiro seminário, a ser realizado na sede do CNE, em Lisboa, com três momentos de reflexão e debate, cada um dedicado a uma das seguintes dimensões de abordagem do currículo:
 - A dimensão planetária do Currículo (conferência inaugural proferida por uma individualidade, à escala global);
 - A dimensão europeia do Currículo (painel com duas individualidades ligadas às áreas da Educação e Cultura do Parlamento Europeu);
 - A dimensão nacional do Currículo (painel com representantes do Ministério da Educação, e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).
- Um segundo seminário, a ser realizado na UMa, no Funchal, com dois momentos de reflexão, cada um dedicado a uma das seguintes dimensões de abordagem do currículo:
 - A dimensão regional do Currículo (painel com representantes da Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia da RAM, e da Secretaria Regional de Educação e dos Assuntos Culturais da RAA);
 - A dimensão local do Currículo (painel com três autarcas).
- Visitas e audições de diversas entidades para entendimento da adequação do currículo às questões de atualidade, bem como a matérias de índole regional e local.

2ª Comissão – Inovação Pedagógica nas Escolas

A inovação pedagógica é um fenómeno situado e multifacetado que assume configurações diversas e que não poderá desenvolver-se à margem dos desafios atuais e das orientações produzidas por organismos transnacionais que influenciam as políticas educativas nacionais. Podemos defini-la como um processo fundamentado, situado e intencional de desenho, desenvolvimento e avaliação de mudanças nas práticas pedagógicas, focando-as no educando e na aprendizagem, e orientando-as para a construção de uma educação e de uma sociedade humanistas e democráticas.

Tendo em consideração a natureza complexa da inovação e a necessidade da sua clarificação concetual e da definição de pressupostos e linhas de ação para o seu desenvolvimento nas escolas, esta comissão pretende desenvolver um referencial que apoie o desenho e a análise de práticas de inovação pedagógica numa diversidade de contextos. No âmbito da sua construção e divulgação, prevê-se a realização das seguintes iniciativas:

- Audições;
- Seminário;
- Partilha interna de projetos de inovação;
- Elaboração de *recomendação* pelos relatores Flávia Vieira, Jesus Maria de Sousa, Leonor Santos, Nuno Ferro;
- Divulgação do referencial em publicações diversas.

3ª Comissão – Escola e Sociedade

Uma das áreas de trabalho desta comissão, em articulação com outras comissões, é a de contribuir para aprofundar o conhecimento acerca das formas como as escolas se relacionam com outros intervenientes (escolas de ensino superior, agentes empresariais, autarquias, Movimento Associativo Parental) e os processos de liderança utilizados.

Neste quadro, urge também compreender e analisar a grande diversidade de soluções que caracteriza já o território nacional, decorrente quer dos processos “autónómicos” dos Açores e da Madeira, quer do chamado processo de “descentralização” em curso no Continente.

É igualmente no âmbito desta comissão que se acompanham as políticas públicas relacionadas com a rede de ofertas educativas e formativas e as articulações que se desenvolvem junto dos diferentes intervenientes (escolas, serviços do Ministério da Educação, autarquias).

As atividades a desenvolver distribuem-se por dois temas:

- *Descentralização da educação: a ação educativa da escola e do município no território local*
 - Estudo (a encomendar) destinado a conhecer as lógicas de descentralização em curso no Continente, com base num inquérito por questionário, a partir de um caderno de encargos a definir pela Comissão (início em março);
 - Seminário para apresentação do estudo (novembro).
- *Explicações/‘educação (na) sombra’: relação com o currículo, o trabalho dos professores e as desigualdades*
 - Seminário com especialistas nacionais e internacionais e diretores de escolas (maio/junho);
 - Revisão de literatura para caracterização do fenómeno (setembro);
 - Elaboração de *recomendação* pelos relatores António Neto Mendes, Jorge Ascensão e Fernando Elias (outubro/novembro).

4ª Comissão – Professores e Outros Profissionais da Educação

O trabalho dos professores e dos profissionais que ocupam lugares de liderança nas escolas constitui um dos fatores escolares que mais influenciam as aprendizagens e os resultados dos alunos. Uma cultura de inovação pedagógica, conducente a melhores aprendizagens por parte dos alunos, só pode desenvolver-se através de profissionais altamente qualificados e detentores de um conhecimento profissional amplo.

Esta comissão realiza a sua atividade no sentido de acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas de educação no domínio da formação dos docentes, das lideranças escolares, dos técnicos superiores, do pessoal administrativo e dos assistentes operacionais.

As atividades a desenvolver abrangem dois temas:

- *Profissão Docente*
 - Seminário (provavelmente em maio);
 - Elaboração de um documento com contributos de especialistas que permitam conceptualizar, clarificar e fundamentar o que é “ser professor”;
 - Elaboração de uma *recomendação*.
- *Lideranças Escolares*
 - Seminário (provavelmente em novembro) e publicação das respetivas atas.

5ª Comissão – Democratização e Desigualdades Educativas

Entre as preocupações desta comissão está a necessidade de conhecer as novas formas de desigualdade que ocorrem no sistema educativo. Para isso, interessa desenvolver as ações que se considerem mais adequadas para aprofundar o conhecimento sobre esta realidade, que poderão incluir sistematizações de estudos entretanto realizados, audições, seminários e a conceção e realização de investigações, podendo, quando julgado oportuno, manter intercâmbio e colaboração com instituições de ensino superior, centros de investigação, observatórios e organizações da própria sociedade civil. Em 2023, serão organizados:

- Um seminário sobre desigualdades educativas, focado no tema da mobilidade social, ou do designado “elevador social”, em que serão consideradas as desigualdades educativas associadas à classe social, à condição socioeconómica das famílias, à origem nacional, étnica e linguística, ao território, entre outras, e a sua relação com diferentes fases dos percursos educativos. Pretende-se, assim, que, a partir de dados recentes, provenientes de diversas fontes e mobilizando diferentes tipos de indicadores, seja possível retratar e discutir, de forma aprofundada, o modo como as desigualdades educativas têm evoluído e, sobretudo, em que medida a escola e as políticas educativas estão a funcionar enquanto elevador social, promovendo a mobilidade social.
- Deste seminário resultará a publicação de um relatório de referência sobre a situação do país neste domínio, na sequência do qual poderão vir a ser propostas medidas, visando a melhoria das políticas e das práticas das escolas.

6ª Comissão – Educação Superior, Ciência e Tecnologia

A 6ª Comissão centra-se nos principais desafios da educação superior e acompanha o desenvolvimento das políticas públicas em domínios como a estrutura institucional do sistema de ensino superior, ciência e tecnologia, os seus profissionais e os seus públicos, a qualidade da formação, a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico.

As atividades a desenvolver abrangem dois projetos:

- *Exames e Acesso ao Ensino Superior: problemas e cenários*
 - Recolha de informação sobre o tema;
 - Elaboração de uma *recomendação* pelos relatores Ana Gabriela Cabilhas, Leonor Santos e Tiago Estêvão Martins;
 - Acompanhamento e apreciação da recomendação na Comissão;
 - Audições e seminários com especialistas e outros atores relevantes, à medida que seja pertinente para os trabalhos de acompanhamento da recomendação.
- *Estrutura Institucional do Sistema de Ensino Superior: eixos de revisão*
 - Recolha de informação sobre o tema;
 - Acompanhamento dos resultados da Comissão Independente nomeada pelo Governo para a revisão do RJIES;
 - Elaboração de um *parecer e/ou recomendação*, consoante os resultados da referida Comissão Independente;
 - Audições e seminários com especialistas e outros atores relevantes, à medida que seja pertinente para os trabalhos de acompanhamento do parecer e/ou recomendação.

3. Outras Atividades

- Renovação da imagem institucional;
- Reformulação do site do CNE.